

Rádio, cultura e memória feminina em Timor-Leste

Maria Inês Amarante*

Resumo

Neste trabalho abordam-se alguns temas emergentes nas narrativas de mulheres timorenses que participaram das lutas de libertação de Timor-Leste e hoje atuam no rádio e na tribuna política, resumidos em um documentário sonoro. Busca-se situá-las em seu universo familiar, profissional e sociocultural, relevando aspectos contemporâneos e mitológicos da condição feminina naquele país. A maioria dos relatos memoriais foram gravados em língua portuguesa, durante a pesquisa de campo realizada no doutorado, quando a autora participava de missão educativa. Este material constituiu parte do *corpus* de análise da tese “Guerrilheiras da Palavra: rádio, oralidade e mulheres e resistência no Timor-Leste”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP, em 2010.

Palavras-chave: Timor-Leste; Rádio; Mulheres; Memória; Gênero; Oralidade

Abstract

This work brings some emerging themes in the narratives of Timorese women who participated in the liberation struggles of East Timor and now work in radio and political platform, summarized in a sound documentary. It seeks to situate them in their family, professional and sociocultural universe highlighting contemporary and mythological aspects of womanhood in that country. Most reports memoriais was recorded in Portuguese during field research in the PhD when the author attended educational mission. This material was part of the body of analysis of the thesis “Warriors of the Word: radio, orality and women and resistance in East Timor”, defended in the Post Graduate Program in Communication and Semiotics of PUC-SP in 2010.

Keywords: East Timor; Radio; Women, Memory; Gender, Orality

* Professora, doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP; Especialista e Mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo – UMESP e Licenciada em Letras pela Université Libre de Bruxelles – ULB. Radialista desde 1989, especializou-se em produções socioeducativas e comunitárias. Na Cooperação Internacional, atuou como professora-bolsista do MEC-Capes no projeto “Formação de Docentes em Língua Portuguesa”, no Timor-Leste, entre 2005-06 e como Leitora na Universidade de Cabo Verde pelo MRE (2011-12). É pesquisadora do CEO – Centro de Estudos da Oralidade (PUC-SP) e do COMUNI – Núcleo de Estudos de Mídia Local e comunitária (UMESP). Autora de vários artigos científicos e socioculturais e da obra: Rádio Comunitária na Escola: adolescentes, dramaturgia e participação cidadã (2012).

1. Introdução

A produção radiofônica que teve por base relatos gravados teve como objetivo divulgar dados biográficos e históricos levantados sobre a condição feminina das mulheres timorenses que ficariam confinados ao texto, caso suas vozes não pudessem ser ouvidas. A este respeito, tecerei algumas considerações, fruto de análises apresentadas no trabalho doutoral, num diálogo com autores que discorrem sobre os temas em destaque.

Está registrado nos documentos sobre a resistência timorense¹ que a mulher de Timor-Leste, mãe e companheira, assumiu pesadas responsabilidades durante a ocupação, participando em várias frentes: na condução da resistência, na luta armada, no comando de operações ou na ligação com a Frente Clandestina. Porém, seus testemunhos são ainda escassos.

As jovens que lutaram pela independência e tiveram participação política na reconquista do território, se tornaram mulheres. Muitas abraçaram uma carreira, casaram-se, tiveram filhos, e algumas delas, hoje, são vozes mediatizadas que atuam nos meios de comunicação, principalmente no rádio, como jornalistas ou apresentadoras de jornais, mantendo o idealismo que sempre permeou suas vidas. Diariamente divulgam preciosas informações, reafirmando a existência de outra realidade: a das profissionais da mídia, a exemplo das jornalistas Rosa Alves, que atuou no setor de informação da guerrilha, e Filomena Soares, que trabalhou com Xanana Gusmão como articuladora de organizações de mulheres durante a ocupação, às quais se agregam Inês Martins, radialista e diretora da ONG La'u Hamutuk - que atuou na mobilização popular do movimento estudantil pró-independência e Ana Paula Rodrigues, produtora, locutora

¹ In: TIMOR-LESTE. A Resistência Timorense em documentos. CD-rom, 2004.

e diretora da RTTL – Rádio e Televisão de Timor-Leste. Outras mulheres, como Maria Genoveva da Costa Martins, que ajudou a fundar bases de apoio revolucionárias, e Adalgisa Ximenes são ativas no Parlamento, se deslocam para muitos cantos do país, contribuindo para um debate de ideias que têm marcado a vida de tantas mulheres distantes da capital, que posteriormente se transformariam em políticas públicas. Há ainda educadoras que viveram tempos difíceis, como Eugênia Neves, que prossegue seus estudos de pós-graduação fora do país.

Na vida de todas, no tempo presente, a memória dos acontecimentos está sempre impregnada de emoções, reminiscências de um passado que se refaz no relembrar, como na tecelagem do *táis*², quando um emaranhado de fios se transforma em imagens, motivos de cores mescladas na criatividade da obra pronta.

2. Mulheres, cultura e memória

É sempre complexo discorrer sobre memória, pois ela está imbricada entre a vida presente de quem relata e o passado revivido na narrativa. Como lembra Menezes (2007^a, p.32), “o tempo da memória é o presente, mas ela necessita do passado”. Retomamos aqui reflexões suscitadas por Ferreira em um de seus vários textos sobre o tema e que sintetizam essas relações de tempo (2004, p. 1):

Quando falamos em memória, queremos dizer muita coisa. Ato memorial, em seus processos, implicando o lembrar em muitas gradações, e o esquecer, que também pode ser regulação ou ato restaurador. Estamos pensando ainda, ao falar de memória, na diversidade

² Tecido artesanal tradicional feito pelas mulheres, cujo comércio é essencial para a sobrevivência de muitas famílias, servindo até mesmo de moeda corrente ou parte do dote (barlaque).

cognitiva e afetiva que memória implica, enquanto conceito, procedimento.

Enquanto Bosi (2007, p. 48) considera a anamnese, a reminiscência, como uma espécie de iniciação, a revelação de um mistério, para Pires Ferreira ela é a “memória em narração”, uma “memória revificada” (2007, p.110), que “é movimento, é transformação, é alguma coisa que vai entre o que você guarda e o que você esquece o tempo todo...”.

A partir da organização do que a memória evoca, nesse vai e vem do lembrar e esquecer, como um tecer, a vida é traduzida em palavras que tomam corpo, forma e cor em todos os ambientes onde a energia da voz está presente. Memória é trama de muitos fios superpostos, tramas paralelas, horizontais como linhas da vida que não desfiam, mas desfilam com seu brilho ou opacidade.

No tempo presente, segundo Colombo (1991, p. 17), existiria uma obsessão da memória, uma mania arquivística que permeia a cultura e a evolução tecnológica. Buscam-se suportes cada vez menores e espaços infinitos para se armazenarem informações passadas e presentes, numa tentativa de oferecer ao homem atual uma proteção contra o esquecimento.

Porém, essa informação, para Bosi (2007, p. 45) só suscita interesse enquanto novidade e só tem valor no instante em que surge, para se esgotar no instante em que se dá e se deteriora: “Que diferente a narração! Não se consoma, pois sua força está concentrada em limites como a da semente e se expandirá por tempo indefinido”.

No mesmo sentido caminha o pensamento de Martín-Barbero (1998,p. 33), para quem haveria uma “desvalorização da memória” nos dias atuais, quando a informação, volátil, toma a dianteira. O autor considera que os adultos se ressentem dessa perda como

uma mutilação. Mas a juventude vê o fenômeno como um sinal de seu tempo e se identifica com ele: “Um tempo que projeta o mundo da vida sobre o presente, um presente contínuo cada vez mais efêmero”.³ Esse tempo passa velozmente, sem ter tempo para criar raízes, principalmente nos ambientes nômades das cidades, no imediatismo da convergência das mídias.

Ao discorrer sobre cultura e memória no pensamento de Lótman, Pires Ferreira (1994-5, p 118) afirma que a história intelectual da humanidade pode ser considerada “uma luta pela memória”. Contudo, para a autora (2007, p. 109):

A cultura não é como uma organização que surja aleatoriamente em um ambiente, mas trata-se de um complexo sistema de signos que transmitem e são decodificados. E só parece haver memória se houver um certo grau de intersecção, de troca, de reconhecimento.

Vale destacar que o espaço do lembrar das timorenses é amplo e significativo: família, guerrilha, ideais, casamento, profissão, a importância do rádio e de tudo o que direciona a vida, sem mistérios. Reconstituir a história dessas mulheres, por meio de suas narrativas é vivificar a memória daquilo que foi sonhado e está sendo construído, é unir o presente ao passado, à vida social, profissional e pessoal.

Se, em inúmeras sociedades tradicionais onde predominava a transmissão oral, as mulheres atuaram como narradoras, como nos fala Michelle Perrot (1989), em Timor-Leste tal tarefa é marcadamente masculina⁴. Assim, se trata de uma ação relevante esta de ouvir, transcrever e analisar os relatos femininos. O

³ Tradução livre do texto em espanhol pela autora.

⁴ A principal fonte narradora do país é constituída por anciãos “detentores da voz do passado”, os *lia-ná'in*, conhecedores de tradições mitológicas ou totêmicas unidas por um fio que vem intacto, de muito longe.

feminismo, desde seus primórdios, pontua a autora (1989, p.17-8), “desenvolveu uma imensa interrogação sobre a vida das mulheres obscuras” e, “na falta de testemunhos escritos, buscou-se fazer surgir o testemunho oral”. Daí a preocupação em tornar visível, acumular dados, evidenciar o papel das mulheres nos acontecimentos públicos, instituir lugares da memória, pois enquanto “forma de relação com o tempo e com o espaço, a memória, como a existência da qual ela é o prolongamento, é profundamente sexuada”.

Houve muitas reticências, ao longo dos anos, para se ouvirem as mulheres, pois, como explica Hérítier ao evocar Godineau (2004, p. 64), “a voz das mulheres é tumulto, ruído informe, quando vem do povo (...). Incomoda com o seu barulho e o conteúdo não é ouvido”.

Outros silêncios marcaram o curso da história. Claude Filteau (2009, p 103) lembra que, na República de Platão, os artesãos foram excluídos do espaço político comum, porque trabalhavam em casa e a palavra deles “confinada ao espaço doméstico, fica[va] longe da palavra audível, por conseqüência, longe da palavra que possui um valor político e confere uma humanidade àqueles que são reconhecidos”⁵. Há, portanto, muita semelhança com o que ocorre na vida das mulheres que vivem silenciadas no lar.

Diante de tais considerações, foram inúmeros meus questionamentos sobre as mulheres timorenses: o que as faz diferentes dos homens que lutaram para que o país fosse, enfim, uma nação independente e livre? Como estão se inserindo no mundo do trabalho? De que forma foram marcadas pela guerrilha? - já que a luta sempre foi uma maneira de adentrar num território masculino. Como têm conciliado seus papéis de comunicadoras, de representantes políticas e de mães?

⁵ Tradução livre pela autora do original em francês.

Dediquei algumas horas de escuta atenta ao modo como elas narraram, ao que revelaram – o signo – em atitude de muito respeito pelas palavras que me trouxeram o significado que tudo isso teve em suas vidas, em que direção elas se projetam para mostrar os lados objetivo e o subjetivo. Pretendi, antes de tudo, captar a memória social, tomando por base as protagonistas que deram sentido à própria luta, à vida, voltando-se à causa coletiva.

E aqui vale a pena enfatizar o pensamento de Bosi (2007, p. 43) quando trata da função social da memória, trazendo-nos a ideia de que “a arte da narração não está confinada nos livros, seu veio épico é oral. O narrador tira o que narra da própria experiência e a transforma em experiência dos que o escutam”.

Os relatos que gravei são histórias únicas, pessoais, nas quais a palavra aparece em toda sua extensão e importância, através da voz que fala ao microfone, organiza a informação, reivindica mudanças, se faz ouvir e narra. Assim, pude conhecer alguns aspectos sobre a condição feminina daquele país, uma sociedade patriarcal em que existe uma distinção de gênero desde o nascimento⁶ e que se perpetua com o casamento, na educação, na escolha profissional e em tantas outras etapas da vida comunitária, marcada por leis consuetudinárias. A maternidade e o ato de servir e cuidar fazem parte dos papéis sociais prioritariamente reservados à mulher, desde a mais tenra idade e em todas as camadas sociais.

⁶ As diferenças dos papéis sociais do homem e da mulher são marcadas tradicionalmente desde o nascimento. Bonifácio Lemos da Costa (2010), ao narrar os costumes do povo Idate, do suco Idate, da região de Laclubar e Soibada, lembra que no parto tradicional realizado em casa pela *Daia* (parteira), ao cortar o cordão umbilical do bebê, ela utiliza um pedaço de bambu tirado da casa sagrada, a *uma lúlik*, que geralmente tem duas portas. Se for um menino, este pedaço será retirado da porta de trás, o que indica que ele é o dono da casa, e, se for menina, é extraído da porta da frente, o que indica que é uma casa hospedeira, pois a mulher um dia partirá para a casa do marido. Esse procedimento tão simples já denota a diferença entre o poder masculino e o feminino e influencia a mentalidade de todo um povo, atribuindo a continuidade da família (ou clã) aos homens, em detrimento das mulheres.

3. Gênero e condição feminina em Timor-Leste

Em seus estudos sobre a comunidade Makasae, Justino Guterres (2001, p.173), lembra que, dentre os povos do país, “a família é a unidade base em torno da qual todas as relações da aliança de parentesco entre grupos e as relações individuais complexas são construídas”. Assim, ela se estende além do núcleo de base (pai, mãe e filhos), comportando os avós, tios, tias, primos e outros parentes que formam uma comunidade ampliada, o casamento celebrando uma aliança entre duas famílias, ou como se diz tradicionalmente, linhagens. Conservar esta família bem perto é uma forma de garantir uma infraestrutura doméstica eficaz, o que nem sempre é possível pelas distâncias e obstáculos entre os Distritos⁷.

As timorenses que entrevistei, trabalham em administrações governamentais, no serviço estatal e em ONGs, participando ativamente da economia do país na capital. Letradas, algumas com curso superior, elas compõem um pequeno grupo de mulheres as quais se destacam entre uma maioria anônima, geralmente moradoras da zona rural⁸, e que tiveram menos oportunidades de estudar⁹ e evoluir. Por isso, seguem tecendo *táis*, esteiras, trabalhando na lavoura, em casa, vendendo produtos da terra e outras mercadorias nas feiras livres, contribuindo para o

⁷ Timor-Leste é constituído por 13 Distritos, a maioria deles situados em locais de difícil acesso, tanto pela precariedade das estradas como pela topografia com predominância de uma imponente cadeia montanhosa, cujos picos chegam a mais de 2.000 metros de altitude.

⁸ A população do país, estimada em um milhão de habitantes, está 80% concentrada na zona rural, contra apenas 20% na capital. Segundo dados do PNUD (2008), 41% vivem abaixo da linha nacional da pobreza, calculando-se que o dispêndio mínimo é de USD 0,55 centavos/pessoa/dia. O setor informal cresce vertiginosamente e já existem marcas de migrações crescentes da população para Dili, capital do país, em busca de alternativas de sobrevivência.

⁹ O analfabetismo atinge 47.6 % da população, sendo mais elevado entre as mulheres adultas, principalmente na faixa etária dos 40 aos 64 anos, cuja média se situa em torno dos 74.1%.

sustento de suas famílias. No Relatório do CEDAW (TIMOR-LESTE, 2007, p. 6), está registrado que:

[as]mulheres em Timor-Leste têm uma menor participação na força de trabalho¹⁰ e, geralmente, encontram-se nos escalões mais baixos das hierarquias com salários mais baixos, menos regalias e possibilidades de ascender nas suas carreiras profissionais. (...) Tradicionalmente elas não participam nos processos de tomada de decisão o que tem repercussões para a preparação e aceitação social para a participação das mulheres na política¹¹.

Nos próprios textos e ilustrações de manuais didáticos, nota-se essa divisão de tarefas bem presente, a qual se manifesta pela propagação de imagens consideradas representativas da vida das mulheres e colabora para consolidar estereótipos e marcar as desigualdades.

Durante a colonização portuguesa, segundo Luís Filipe Thomaz (1998, p. 670-1), antigos militares desmobilizados se casaram com mulheres nativas e, na cultura do café que iniciaram, foram reproduzindo, até o final do século XIX, “o modelo patriarcal da colonização de São Tomé e do Nordeste brasileiro do século XVI, com a única diferença de utilizar mão-de-obra assalariada, em vez de escravos”.

Assim, esses critérios preestabelecidos – e reforçados – pelas relações colonialistas e típicas da sociedade ocidental dificultaram a visibilidade da mulher. Françoise Héritier explicita essa ideia que pode ser transposta a inúmeros países, ao afirmar que

¹⁰ A taxa de participação das mulheres na força de trabalho, segundo o mesmo relatório, é de 52%, contra 69% dos homens.

¹¹ Há um número muito reduzido de mulheres eleitas Chefes de Suco, num total de 7 em todo o país, e 22 Chefes de Aldeia, considerando que Timor-Leste possui 442 sucos (7 por subdistrito) e 2.229 aldeias.

(2004,p. 63) “excluídas das armas, são-no também da palavra e da representação. A sua legitimidade para fazer parte de assembleias é ainda problemática nos nossos dias para muitos homens”.

Tais valores e percepções reproduzem as desigualdades vigentes, ditas “de gênero”, mesmo entre os mais jovens. As relações tradicionais das mulheres e o seu papel social deram o controle total aos homens e nortearam a formação de que elas poderiam usufruir. Evidencia-se que a educação feminina sempre foi secundária, uma vez que a mulher deixa a família para viver com o marido e centrar-se na esfera doméstica, embora participe ativamente da manutenção econômica do lar. O poder de suas vozes na comunidade e na política ainda é mínimo. Numa sociedade dividida entre o tradicionalismo ancestral e o católico, esse espaço precisa ser ampliado.

A Deputada Genoveva (2006) fala com propriedade do sistema patriarcal vigente em Timor e da dificuldade de as mulheres ascenderem social e profissionalmente. Ela lembra que nesse sistema “as mulheres [eram] consideradas de segunda linha”, pois só podiam fazer os trabalhos caseiros: cuidar dos filhos, carregar lenha, trabalhar na horta, cozinhar para os maridos, para os filhos, cuidado, tudo isso. E, assim, elas não tinham acesso aos estudos – apenas seus filhos tinham direito às escolas.

Foram as pesquisas sobre os sistemas complexos de aliança e parentesco que levaram Hérítier, discípula de Lévi-Strauss, a colocar o corpo no centro de seus estudos antropológicos. Desde a publicação de “Masculino/Feminino - O Pensamento da Diferença”, em 1996, ela busca refletir como a diferença dos sexos foi elaborada socialmente a partir das origens, levando os homens a pensarem e tratarem de forma desigual as relações com as mulheres e a desvalorizarem o feminino.

Essa hierarquização (2004, p. 12-3) deu-se, inicialmente, por causa do caráter ativo e passivo observado entre os dois sexos, partindo do princípio que a mulher sangra involuntariamente durante as regras e o parto, enquanto o homem sangra em operações consentidas ou voluntárias. A autora retoma a tese da diferença e de uma assimetria biológica¹² entre os sexos, que foi vivida, social e politicamente, em detrimento das mulheres e, em sua obra “Masculino/Feminino - Dissolver a Hierarquia”, de 2002¹³ discorre sobre uma forma de contornar as diferenças e restabelecer um patamar de igualdade entre os gêneros. Para ela, é necessário “inverter a perspectiva; é uma medida política. Implica uma mudança no olhar”. E este olhar está voltado ao trabalho doméstico, à contracepção, à vida profissional, aos direitos sociais e cidadãos, à divisão de tarefas, etc., numa valorização constante da dignidade e da autonomia femininas.

No entanto, a atuação das mulheres na guerrilha traz a controvérsia de uma absorção, pelo Estado, da força de luta feminina direcionada ao cuidar, segundo Daniel Simião (2008, p.7):

Não há dúvida de que a guerrilha criou um novo contexto para o empoderamento das mulheres, mas pouco mudou nas fontes de autoridade e no conjunto de tarefas atribuídas à “nova” mulher-ideal. A mulher devia continuar servindo, mas agora, a mulher patriota devia dirigir seu “ethos cuidador” às forças de libertação.

Para além da dor e do sofrimento, Genoveva Martins (2006)

¹² As antropólogas Rosaldo e Lamphere (1979, p. 22) conduzem suas pesquisas nesta linha. Porém, reconhecem que as atividades e os sentimentos humanos não são diretamente organizados pela biologia, mas sim, pela interação das tendências biológicas com as várias expectativas culturais específicas. Assim, o que é ser homem e o que é ser mulher dependerá das interpretações biológicas associadas a cada modo cultural de vida.

¹³ A tradução para o português de Portugal foi publicada em 2004.

ressalta a coragem de suas compatriotas na luta, afirmando que, embora analfabetas, elas conseguiam ser mais fortes do que os próprios homens que pegavam em armas. Viam os maridos morrerem na frente delas e os enterravam, cuidavam sozinhas dos filhos, carregavam a bagagem de um lado para o outro. Como se não bastasse, também ajudavam outros companheiros de luta a divulgarem mensagens, a conseguirem mantimentos. Enquanto mulheres determinadas, sempre mantiveram a esperança de ver seu povo liberto, de que o sofrimento seria compensado pela felicidade que viria para seus filhos.

Apesar dos atos de coragem, a vida das timorenses está bastante associada aos papéis secundários e esquecidos pela história que lhes foram atribuídos, pois apenas se enalteceu o mito das grandes heroínas. Porém, há inúmeras conquistas femininas em curso no país¹⁴, e a maior afluência das mulheres à educação, à profissionalização, à participação em movimentos sociais e nos meios de comunicação anuncia um tempo de transição entre o passado e o presente e de desenvolvimento econômico das famílias.

Vindas de um longo exílio dos pais, algumas jovens de uma nova geração que nasceu e cresceu em países distantes, retornam ao país como profissionais do setor administrativo ou cooperantes internacionais, manifestando um novo comportamento, bem diferente dos costumes tradicionais. Em geral, convivem no meio estrangeiro com “quadros”, inaugurando uma nova fase de relações que estão surgindo nos novos tempos de paz.

Já se notam algumas mudanças nos padrões femininos de comportamento femininos. Pe. Francisco Moser (2004), missionário atuante e defensor dessa causa, afirma: “um simples

¹⁴ Pela Constituição da RDTL - República Democrática de Timor-Leste, em sua Parte II, Título I, Artigo 17º - deve haver a “Igualdade entre mulheres e homens”, em todos os domínios da vida familiar, cultural, social, econômica e política.

sinal, mas evidente, dessa visibilidade da força feminina, é o grande número de mulheres que desfilam de moto, seguras e elegantes, pelas ruas da cidade. Os olhos masculinos, de soslaio, acompanham admirados (ou ciumentos?)”. Segundo Moser (2004), muitas mudanças se anunciam por intermédio das mulheres que estão vendo a necessidade de trilhar novos caminhos, numa referência a costumes seculares que nem sempre as consideravam como sujeito humano e político.

Na Universidade Nacional de Timor-Leste – UNTL, há muitas jovens que estudam e serão futuras lideranças. Mas existem limitações financeiras para que evoluam, problema que se agrava, principalmente quando a família reforça a mentalidade dominante de servir e cuidar. Muitas meninas que vão à escola, conta Adalgisa (2009), quando algo ocorre com as mães ou os pais, acabam ficando em casa para cuidar dos irmãos pequenos.

A presença de inúmeras associações femininas e feministas, como a La`o Hamutuk ou a Fokupers, algumas nascentes, outras com alguns anos de experiência, também é uma realidade. Elas são frutos de um movimento promissor que tem ampliado suas bases em defesa dos direitos humanos e dos direitos da mulher.

Após o *referendum* de 1999, durante o governo de transição das Nações Unidas, a educação de gênero foi iniciada por essas ONGs e por várias organizações que atuam no setor, a fim de alinhar o debate sobre a condição da mulher timorense ao de outros países. Dessa maneira, nota-se que gênero é um conceito introduzido na sociedade timorense recentemente e tem sido utilizado por diversas organizações locais e estrangeiras, o que tem gerado um novo debate entre as mulheres sobre seus direitos de cidadãs, muitas vezes, em conflito com as leis consuetudinárias e o papel dos mediadores comunitários tradicionais.

4. O casamento e o dote (barlaque)

Quando se ouve falar em “barlaque”, ou dote, considerado uma tradição ancestral em Timor-Leste, tem-se a impressão de que certos costumes podem conspirar contra a evolução da condição feminina, tornando o matrimônio algo muito complexo.

Na cultura timorense, o “barlaque” aparece como uma herança que beneficia, sobretudo, a família da mulher, mas que pode torná-la dependente do marido e da família deste. No entanto, a cerimônia do “barlaque” é uma cerimônia de noivado, um compromisso em que as famílias dos nubentes estabelecem o valor que a família do noivo deve pagar à família da noiva, firmando-se uma espécie de contrato social. A partir desse momento, o casal já tem permissão para viver junto como marido e mulher, caso deseje. O pagamento feito à família da noiva é uma tentativa de compensar materialmente a perda de um elemento valioso e ativo. O valor do dote varia e, dependendo dos costumes de cada região, pode ser feito sob a forma de cabeças de búfalos, terras ou outros bens, como o *táis*. Se a mãe da noiva não foi “barlaqueada”, o noivo não tem obrigação de pagar o dote no casamento da filha, uma vez que a tradição foi rompida, como foi o caso de Genoveva. Há, porém, famílias que trocam reciprocamente os seus bens, contribuindo com um patrimônio comum para o início da vida conjugal de seus filhos. De modo geral, a livre escolha do noivo e da noiva é assim condicionada às regras que visam preservar os clãs familiares que, a exemplo dos Makasae, estudados por Guterres (2001, p. 180), se filiam à casa (*uma lulik*) e à linhagem dos pais, enquanto grupos patrilineares e exógamos. Os casamentos funcionam, pois, como um acordo entre dois grupos, o que permite manter a estabilidade econômica de ambos.

Em seus estudos sobre o sistema matrimonial, Guterres (200, p. 173) acentua esta noção de clã, bem como de domínio familiar predominante:

As alianças entre grupos de parentesco servem não só para estabelecer e fortalecer os laços de família, mas também para cimentar as relações políticas e económicas. O sentido de parentesco resultante duma aliança de parentesco infunde nos membros noções profundas de direitos sociais e políticos e obrigações recíprocas.

Há inúmeras discussões sobre o “barlaque”, no sentido de que ele se tornou mais um negócio, uma moeda de troca, do que uma forma de contribuir para a prosperidade das gerações vindouras ou dos laços familiares. O fato é que, diante do clã familiar, pelas leis comunitárias, ele é indissolúvel. Compreende-se, assim, que para as famílias que seguem a tradição, o casamento é igualmente indissolúvel. Dessa maneira, a mulher aparece como a parte mais frágil de uma relação matrimonial, pois é obrigada a viver com um marido que investiu na união, o que implica em certas obrigações diante dele e de sua família. Além disso, pesa também sobre ela a tradição da virgindade, o que pode comprometer o casamento ou suscitar o menosprezo do marido durante a vida comum.

Para Héritier (2004, p. 90-91), esse sistema de dominação “associa estreitamente patrilinearidade e dominação conceptual do masculino”. A autora parte das ideias de Lévi-Strauss para justificar que “a relação irmão-irmã comanda, de certa forma, a noção de reciprocidade e de troca através da proibição do incesto”. Desse modo, afirma: “os homens, proibindo-se o acesso às irmãs, podem trocá-las com outros homens de quem recebem em troca as irmãs. Assim, um destino matrimonial liga

o irmão à irmã”. Ela acrescenta ainda que nas sociedades onde essa troca é também acompanhada por doação de numerário ou gado, como ocorre no caso específico de Timor-Leste, o irmão só pode casar-se a partir do momento em que a sua irmã for dada em casamento: “recebe uma compensação matrimonial por essa irmã e pode assim pagar por sua vez uma compensação matrimonial para obter uma esposa”.

Para Rosa (2006) que vem de “família de barlaque”, nessa tradição, existem algumas vantagens, mas muito mais desvantagens, Por um lado, facilita o divórcio, por outro, obriga a família do noivo a muitos gastos para oferecer bens à família da noiva, ônus este que atua em detrimento das próprias irmãs, observação partilhada por Filomena (2006). Este predomínio do marido, observa, gera muita violência, que agora tem sido combatida por algumas organizações que fazem: “socializações para que as mulheres compreendam isto”.

Ao mesmo tempo em que reconhece o “barlaque” como fator cultural legitimado socialmente, e concorda com as vantagens trazidas pelos costumes timorenses, Genoveva (2006) concorda com Rosa e faz duras críticas ao tratamento dispensado à mulher quando sua família recebe o dote sem oferecer uma contrapartida, pois é transformado numa questão econômica. Se a família da mulher exigir uma quantia excessiva, e a do rapaz aceitar, as consequências recairão sobre a mulher, pois tais condições criam a violência doméstica... Se o rapaz der certa quantidade de bens – e ele chegar a casa e ela não conseguir trabalhar, ou não souber cozinhar, os maus tratos poderão começar.

Assim, o poder do mais forte (maioria) contra a minoria legítima o direito à força bruta. Na esfera privada, a supremacia do homem sobre a mulher – bem como o direito ao uso da força -, remete-nos novamente ao último invasor, ou às sucessivas invasões que

o povo de Timor viveu ao longo de sua história e que podem ter inculcado em seus habitantes, sobretudo nas mulheres, uma “conformidade”, ou submissão a algumas situações. A lei do mais forte dentro de clãs, de homens e chefes de sucos, também imperou no país sobre outras formas de legislação atualmente vigentes – que a cultura e a tradição ainda não assimilaram.

A migração de jovens no sentido aldeia-cidade, principalmente concentrados em Dili, segundo Guterres (2001, p. 174) “contribuiu para que indivíduos de vários grupos etnolinguísticos se cruzassem em grande número. Este fenômeno acentuou-se durante os vinte e cinco anos de ocupação indonésia”. Como afirma o mesmo autor, com o desenvolvimento e a modernização, aumentou a frequência dos casamentos não arranjados, particularmente entre a elite e a classe média. Outro fenômeno que se observa, em virtude da urbanização, é o casamento de mulheres timorenses com estrangeiros que foram trabalhar na capital, o que tem gerado uma maior flexibilidade por parte da família em relação às tradições.

Embora a negociação do “barlaque” tenha se modificado com o tempo e pelas intervenções católicas, com casamentos mais abertos a outros grupos étnicos, sociais e até internacionais, a força das origens familiares vai se acentuando como pertencimento cultural em Timor, como explica Eugênia, ao falar da *uma lúlik*:

A *uma lúlik* é a família, aquela casa representa a família... Agora que estou casada, eu pertencço a *uma lúlik* do meu marido... à casa dele. Eu deixei a casa dos meus pais. Porque o meu pai tem o seu *uma lúlik*. Agora quem continua nesta casa são os meus irmãos; os meus irmãos e os filhos [deles]. Então nós, quando vamos para a casa de meu pai, quando tem alguma cerimônia, temos que levar búfalo ou cabrito, algum dinheiro, e depois eles nos

retribuem com porcos, *táis*... é prá matar e dividir para a família comer. Isso fica muito caro, mas as cerimônias assim são importantes.

5. A guerrilha e a vida familiar e profissional

O período de dominação indonésia marcou profundamente as vidas de duas gerações de timorenses. Os adultos, pelos longos anos de resistência; as crianças, pela penúria que dizimou os menos resistentes, e as mulheres que viveram um nomadismo sem precedentes, cuidando de suas famílias. Muitas tiveram que se casar muito jovens para escaparem às investidas dos soldados indonésios, muito comuns naqueles tempos, como ocorreu com Filomena; outras, como Genoveva, enfrentaram a ausência do marido preso e os riscos de esconder e cuidar de militantes rebelados.

Do ponto de vista social, ao que tudo indica, a longa ocupação indonésia contribuiu para promover a unificação dos antigos reinos timorenses que, de rivais passaram a unir-se contra o inimigo comum. Ela transformou igualmente a língua portuguesa em língua da resistência, apesar do abandono de Portugal à causa do país até os idos de 1991¹⁵ – e serviu para converter a maioria dos timorenses à fé católica numa convivência pacífica com as religiões nativas e no processo de busca de sua identidade.

No entanto, as mulheres ainda enfrentam inúmeros obstáculos para a conquista da autonomia profissional. Além da realidade linguística do país estar retardando ações importantes nos Distritos, percebe-se que faltam infraestrutura para as

¹⁵ Apenas após esta data, a população timorense, por anos esquecida pela mídia internacional, quando da ocupação indonésia, ao escapar da cidade para as montanhas, foi captada pelas lentes de uma filmadora no episódio conhecido como “Massacre de Santa Cruz” e vista nos noticiários do mundo todo rezando em português (TIMOR LORO SA’E, 2001).

mães que trabalham – e contam apenas com a ajuda da família ampliada-, cursos de alfabetização e formação profissional e que este “desenvolvimento das capacidades” constitui outra das inúmeras preocupações das timorenses, que têm cada dia mais buscado subsídios na educação e no letramento.

Outro fator preponderante é a tradição do pós-parto. Segundo Buoro (2009), religiosa católica que atuou nas montanhas de Laclubar entre 2002-2006, a vida privada das mulheres, mesmo daquelas que trabalham pesado na agricultura, é bastante oculta e reclusa. A gravidez e o parto são considerados algo quase secreto, ou estritamente privado, que não deve transparecer a público. Além disso, o pós-parto exige reclusão total da mulher e do filho que devem ser mantidos perto do fogo que, para os timorenses, é o elemento que aquece e protege a mãe e o bebê.

Para Inês Martins (2006), as famílias são muito numerosas e há necessidade de um planejamento familiar: “se não tem isso, Timor-Leste não pode se desenvolver. Então, com o crescimento, as crianças não podem eliminar a pobreza. Acho que é importante para as mulheres”.

Como o motor da dominação está no controle da fecundidade, segundo Héritier (2004, p. 173-4), e se ela é o “lugar central do masculino, por conseguinte o controle pelas mulheres de sua própria fecundidade equivale para elas a sair do lugar da dominação”. A autora preconiza que essa questão deve ocorrer na esfera das políticas públicas.

Das entrevistadas, apenas as mais jovens, como a jornalista Ana Paula Rodrigues, da RTTL, Inês Martins e Adalgisa Ximenes, provenientes de famílias numerosas, constituíram famílias reduzidas, de apenas dois filhos. Pelos relatos, percebe-se que enfrentam menos barreiras para mergulhar intensamente na vida profissional.

A maternidade pode trazer ainda mais obstáculos para o desenvolvimento das mulheres e, segundo Rosaldo (1979, p. 25), esta ênfase sobre o papel maternal feminino também leva a uma oposição universal entre os papéis “doméstico” e “público”, pois a mulher confinada à esfera doméstica “não tem acesso à espécie de autoridade, prestígio e valores culturais, prerrogativas exclusivas do homem.” E os homens, sem o compromisso dessa assistência aos filhos, têm mais tempo livre para se dedicar a um domínio mais público. Como lembra Rosa, há mulheres dependentes dos maridos e outras que os ajudam. Mas existe sempre uma esperança de melhorias no orçamento para que as mulheres também possam se dedicar às causas públicas, além das domésticas, ajudando outras companheiras a gerirem o tempo e os conflitos conjugais.

Para Adalgisa (2009) “muitos homens de Timor-Leste lembram às mulheres que podem trabalhar, mas que não devem esquecer o trabalho doméstico também”. O que não é tarefa fácil é uma mudança de mentalidade a respeito de atividades que vão de encontro aos costumes tradicionais, no momento em que as mulheres começam a ter acesso à vida profissional.

6. O rádio

Com a organização do movimento de mulheres e a criação de ONGs em tempos mais recentes, o rádio voltou a ser um considerável aliado da população timorense e vários programas foram surgindo a partir de novos protagonistas.

A jornalista e apresentadora Ana Paula Rodrigues, que começou a atuar no veículo em 2000, dirige atualmente a RTTL, emissora estatal, apresentando noticiários, programas e debates. Tem o privilégio de contar com a família para ajudá-la na lida doméstica, motivo pelo qual pode se dedicar ao aprimoramento

profissional. Quando se refere ao papel do rádio e da televisão em sua vida, ela acredita que a mídia deve servir de modelo para outras instituições. Na RTTL, as mulheres que trabalham têm poder de decisão conjunta, em igualdade com os homens “em cada decisão, em toda decisão”. Na organização interna que se anuncia sob sua direção, onde circulam 109 pessoas, existe um equilíbrio entre homens e mulheres, distribuídos em vários setores, por todo o país.

Por trás das vozes das mulheres que dão vida ao veículo, vão sendo conhecidas cidadãs companheiras, que levam informação, reflexão, mensagens às famílias, se preocupam com a segurança de todos ou proporcionam algum encantamento a quem as escuta. Ao falar de seus programas, Filomena (2006) explica o seu modo de dedicar palavras amigas e músicas especiais aos ouvintes, incentivando a harmonia entre homens e mulheres. Essas afirmações também remetem à realidade de Timor-Leste, onde o rádio é muito ouvido porque a maioria dos habitantes é analfabeta e, para eles, é difícil entender o que se publica por meio de boletins ou jornais.

Reverendo as ideias de Menezes (2007b, p. 69) sobre a linguagem dos locutores dos programas radiofônicos, destacamos o que diz o autor:

[Eles] estão continuamente rememorando efemérides, atualizando fatos antigos, comentando narrativas do cotidiano, realizando rituais que remetem ao tempo mítico [segundo estudos de Monica Rebecca], transmitindo a sensação de que estamos “localizados” em determinado “lugar” e em determinado “tempo” .

A receptividade por parte dos ouvintes transforma-se em força motivadora para a continuidade da missão comunicativa

das radialistas timorenses. O rádio, por sua instantaneidade e imediatismo, proporciona entre emissores e receptores uma troca mais direta e pontual. Na imaginação de Filomena (2006), ele exerce um poder quase sagrado e milagroso de um templo, no qual sua presença viva de comunicadora, através da voz e da palavra, serve de alento aos que sofrem:

Parece que a nossa presença é capaz de trazer medicamentos para as pessoas que estão doentes e os doentes estão a nos ouvir. De vez em quando, com a nossa presença, eles curam, né? Quando eles gostam da pessoa, da locutora que eles gostam, com a nossa presença, de vez em quando, cura a doença deles... quanto mais as mulheres: elas gostam de ouvir a voz das mulheres.(...) Portanto, a rádio é importante para nós!

Em seu texto “Voz, diálogo e semiosfera”, Pires Ferreira (1996, p 92), ao discorrer sobre a literatura oral e as ideias de performance de Zumthor, trata da “função protetora da voz” e lembra que “cada sílaba é sopro, e a energia desse sopro ritmado pelo batimento do sangue, com o otimismo da matéria, converte a questão em anúncio, a memória em profecia (...) A voz, assim, se faz um acontecimento do mundo visual e tátil”.

Dessa maneira, o tempo quase mágico e criador de vínculos da passagem da voz pelo espectro radiofônico também pode ser compreendido como evocação de memórias de um outro tempo vivido: o de uma solidariedade ressignificada. Ao abordar o cotidiano do rádio, Menezes (2007b, p. 63) lembra estes ambientes específicos da oralidade:

O rádio não se limita a uma sincronização de atividades a serem desenvolvidas pelo conjunto das pessoas

vinculadas em uma sociedade; remete a um universo simbólico que trabalha com memórias e narrativas que dão sentido ao tempo de cada dia.

7. Considerações

As mulheres que narram se deixaram transportar para o passado com ar grave que mais parece o de uma conversa reservada de mãe para filho. Sofreram por idealismo e sobreviveram para construir uma nova história feita de coragem. Os fios dessa memória heroica que apresentam, se fundem com essa história compondo um só motivo. Crenças, valores, medos e dores testemunham o longo caminho das pedras que foi percorrido. Meninas e jovens privadas de uma vida mais amena com a família partiram cedo para as montanhas, em condições adversas. Perderam, além do tempo de crescer e estudar, o convívio com os seus, os amigos e as tradições. Viram desaparecer entes queridos e, apesar disso, se nutriram de esperanças de que tudo valia a pena, contanto que o elo com o país não fosse rompido. Contudo, fizeram da palavra e, sobretudo do rádio, grandes aliados, apesar das dificuldades em conciliar o trabalho com o cuidado das famílias numerosas que constituíram.

Para Adalgisa Ximenes (2009), a despeito dos entraves, há esperanças de que, um dia, as mulheres possam transformar suas vidas através de programas específicos no rádio porque têm capacidade de refletir sobre a própria realidade:

As mulheres timorenses são espertas. Elas são analfabetas, mas pensam... As minhas, lá na montanha, têm raciocínio, só que não sabem escrever (...). Se nós temos a comunicação através da média rádio, todos os dias elas sintonizam, podem fazer mudança. (o resto foi eliminado)

Em seus espaços de atuação, as timorenses têm construído novos sentidos para a condição feminina na mídia e na política, alimentando, de outro modo, o imaginário popular para uma aceitação de sua autonomia na sociedade. As memórias das mulheres trazem esperança de futuro, no qual a palavra feminina se consolida, anima, conforta e dá lições.

Neste sentido, há que se considerar a importância do rádio na transmissão dessas ideias e de toda a riqueza cultural que se preserva no país por meio da oralidade, em diversos idiomas. Enquanto meio privilegiado de divulgação da palavra, o veículo vai muito mais além do que permite a evolução técnica de apenas cobrir todo o território: ele atua de modo quase ritual na escuta coletiva, dentro de uma dinâmica social que perpassa a oficialidade nas extensões da voz mediadora das mulheres.

Bibliografia

AMARANTE, Maria Inês (2010). *Guerrilheiras da Palavra. Rádio, oralidade e mulheres em resistência no Timor-Leste*. Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica, São Paulo, PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, p. 278

BOSI, Ecléa (2007). *Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos*. São Paulo, Companhia das Letras, 14. Ed.

COLOMBO, Fausto (1991). *Os arquivos imperfeitos. Memória Social e Cultura Eletrônica*. São Paulo, Perspectiva, Col. Debates – Comunicação.

GUTERRES, Justino (2001). Para uma antropologia do sistema de alianças em Timor. In: Revista *Lusotopie*, França, Ed. Karthala, p. 173-181.

HERITIER, Françoise (2004). *Masculino, Feminino/II. Dissolver a Hierarquia*. Lisboa: Instituto Piaget, Coleção Epistemologia e Sociedade/226

FILTEAU, Claude (2009). Miron et le partage du sensible, p. 102-

113. Disponível em http://www.cairn.info/resume.php?ID_ARTICLE=LITT_153_0102.

MARTÍN-BARBERO, Jesús (1998). Jóvenes: des-orden cultural y palimpsestos de identidad. In: *Viviendo a toda*. Jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades. Toscano, María Cristina Laverde; Cubides C., Humberto J.; Valderrama H., Carlos Eduardo (Ed.), Bogotá, D.C.: Fundación Universidad Central, Departamento de Investigaciones, p. 22-37 (Biblioteca Universitária, Ciências Sociais yHUmanidades, Serie Encuentros).

MENEZES, Francisco Xavier de (2006). *Encontro de Culturas em Timor-Leste*. Dili, Crocodilo Azul.

MENEZES, Ulpiano Bezerra (2007 a). Os paradoxos da Memória. In: *Memória e Cultura: a importância da memória na formação cultural humana*. Miranda, Danilo Santos de (org.), São Paulo, Edições SESC SP, p. 13-33.

MENEZES, José Eugenio de Oliveira (2007 b). *Rádio e Cidade: vínculos sonoros*. São Paulo: Annablume, 1. ed.

MOSER, Chico (Pe.) *Ao Leste, rostos e semblantes*. 10/10/04. Timor-Leste, Dili, disponível no site www.crocodilovoador.com.br.

PERROT, Michelle (1989). Práticas da Memória Feminina. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 9 n. 18, ago-set 1989, pp. 09-18.

PIRES FERREIRA, Jerusa (2007). Da tradição oral à tecnologia da informática. In: *Memória e Cultura: a importância da memória na formação cultural humana*. Miranda, Danilo Santos de (org.), São Paulo, Edições SESC SP, p.107-115.

_____. A longevidade dos códigos (2004). Entrevista concedida ao cineasta Carlos Adriano, *Revista Trópico*, São Paulo, 15 set. 2004, p. 1-2. Disponível em www.uol.com.br/tropico/html/index.

_____. Voz, diálogo e semiosfera (1996). In: SILVA, Ignacio Assis (org.) *Corpo e sentido: a escuta do sensível*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, (Seminários e Debates), p. 91-95.

_____. Cultura é memória. *Revista USP*, São Paulo: CODAC, n. 24, Dez-Fev 1994-95, p. 115-120.

ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (coord.) (1979). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Trad. Cila Ankier e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro, Paz e Terra, (Coleção O mundo, hoje, V. 31).

SIMIÃO, Daniel Schroeter (2008). Iguais na lei, Desiguais na Comunidade: Educação e a Construção social da Autoridade Feminina em Timor-Leste. In: SARMENTO, Clara (org). *Condição feminina no império colonial português*. Porto, Edições Politema, p. 275-282

THOMAZ, Luís Felipe F. R (1998). *De Ceuta a Timor*. Portugal: DIFEL – Difusão Editorial S.A., 2. ed.

Entrevistas

ALVES, Rosa Simões. Jornalista. Entrevista concedida à autora em 7/2/2006, em Dili, Timor-Leste, sobre trabalho em comunicação e história de vida. Cassete 60'.

BUORO, Elenice Ir. Missionária da Pastoral da Criança em Laclubar, Timor-Leste. Entrevista concedida à autora em 11/8/2009, em São Paulo, Brasil. Meio Digital

MARTINS, Inês. Entrevista concedida à autora em 1/2/2006, em Dili, Timor-Leste, sobre trabalho em comunicação e história de vida. Cassete 60'.

MARTINS, Maria Genoveva da Costa. Entrevista concedida à autora em 6/2/2006, sobre sua atuação política e história de vida, em Dili, Timor-Leste, Cassete 60'.

NEVES, Eugenia. Entrevista concedida à autora em 16/11/2009, em São Paulo, Brasil, sobre história de vida. Meio digital.

RODRIGUES, Ana Paula Maria Marques. Entrevista concedida à autora em 3/2/2006, em Dili, Timor-Leste, sobre trabalho em comunicação e história de vida. Cassete 60'.

SOARES, Filomena (MENA). , Entrevista concedida à autora em 3/2/2006, em Dili, Timor-Leste, sobre trabalho em comunicação e história de vida. 2 Cassetes 60'.

XIMENES, Adalgisa Soares. Entrevista concedida à autora em 2/2/2009, sobre atuação política e história de vida, em São Paulo, Brasil. Meio Digital.